

Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG(1888-1915)¹

Antônio de Pádua Bosi²

No decênio de 1910, Uberabinha (hoje Uberlândia/MG) contava com uma população urbana estimada em 6000 pessoas e se caracterizava pelo dinâmico comércio estabelecido com o Triângulo Mineiro (região em que se localiza), com o sudoeste de Goiás e com o Oeste de São Paulo (Campinas). A principal mercadoria exportável era carne suína (e derivados) e carne bovina, esta última transformada em charque cujo destino principal era o Oeste de São Paulo. Tal atividade estimulava a criação do Matadouro Municipal em 1894, e duas charqueadas à época, além da importação de relevante quantidade de sal. No ano de 1907, por exemplo, Uberabinha foi a segunda maior importadora de sal da região. Justaposta a esta atividade, Uberabinha vendia para o Triângulo Mineiro e o sudoeste de Goiás os mais variados tipos de artigos como aviamentos, remédios, tecidos, painéis, selas e arame³. Na base de tal economia, estava uma classe trabalhadora formada por ex-escravos, imigrantes e aqueles que podem ser denominados por “nacionais livres”⁴.

¹ As questões presentes neste artigo foram apresentadas e discutidas na II Mostra de Pesquisa Mundos do Trabalho, organizada em Outubro de 2002, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Agradeço à competente arguição de Marcelo Carvalhal.

² Professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

³ CAPRI, Roberto. *O município de Uberabinha – Minas*. São Paulo, Capri, Andrade & C. editores, 1916. PEZZUTI, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922.

⁴ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem – a origem do trabalho livre no*

Embora a formação dessa classe tenha ocorrido em relação a uma economia, cada vez mais marcada por um capitalismo do tipo comercial,⁵ é preciso considerar que seus principais contornos foram desenhados pelos diferentes modos de viver daqueles trabalhadores em Uberabinha. Do ponto de vista da classe dominante tratava-se de poder contar com a disponibilidade de trabalhadores disciplinados para a modalidade de trabalho livre, predominante no Brasil a partir de 1888. Esta tarefa mostrou-se complexa à medida que as tradições e os modos de viver daqueles trabalhadores eram distintos entre si e em grande parte opostos às necessidades econômicas da classe dominante (ou pelo menos da fração da classe dominante que ocupou o poder público no período aqui examinado⁶). É por este motivo que a discussão sobre a constituição da classe trabalhadora (considero apenas o setor urbano) no Brasil deve considerar as experiências dos trabalhadores ex-escravos, livres e imigrantes, bem como a alteração (onde tenha ocorrido) na estrutura produtiva do país e na concepção da força de trabalho.

No caso de Uberabinha, proponho desenvolver esta idéia discutindo algumas experiências dos trabalhadores compreendidas nos 20 primeiros anos decorridos da abolição que foram possíveis de investigar. Julgo importante considerá-las a partir de dois elementos: a) diferentes tradições e modos de viver dos trabalhadores; b) tentativas de controle e de disciplina da classe dominante (por meio do Estado) sobre essa classe em constituição. A respeito da periodização, cabe a seguinte explicação. O primeiro extremo deste recorte histórico coincide com o final efetivo da escravidão praticada como regime de trabalho e, portanto,

Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

⁵ PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1965; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 16ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

⁶ Sobre isto conferir BOSI, Antônio P.. "Formação econômica de São Pedro de Uberabinha e intervenção política da classe dominante (1912-1922)", In *Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabinha (1888-1922)*, Tese de Doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002, pp. 49-68.

corresponde a uma data significativa para o mundo do trabalho no Brasil dado o fato de que não só a relação jurídica pela qual se definia o trabalho fora alterada, mas também abria-se em Uberabinha uma forte possibilidade de se tornar entreposto comercial (possibilidade que começara a se concretizar já no final da década de 1890). O segundo extremo desta periodização é menos preciso e foi definido em função do aparecimento de uma certa consciência de classe de “parte” da classe trabalhadora que expressara publicamente, em meados da década de 1910, a necessidade de todos os trabalhadores se organizarem numa Liga Operária.

II

É possível visualizar a trajetória dos trabalhadores negros ex-escravos, libertos e descendentes em Uberabinha. A maioria dos trabalhadores negros vivia, desde pelo menos 1883, num “bairro” chamado Patrimônio. O lugar ficava afastado do núcleo populacional aproximadamente dois quilômetros. Dezesseis anos antes da abolição, Uberabinha (então Freguesia de Uberaba/MG) contava com 545 escravos frente a 3483 livres⁷. Considerando que a transferência de escravos para outras regiões não foi tão grande como nas zonas de garimpo e computada a “perda” de escravos em função da lei do sexagenário (de eficácia duvidosa) e da mortalidade, o número de escravos às vésperas de 1888, não deve ter variado muito. Após a abolição, os que ficaram em Uberabinha empregaram-se principalmente nas charqueadas, no matadouro e em serviços de reforma urbana (estes, numa escala crescente), como o calçamento das ruas da cidade. Eram os serviços “mais duros” existentes à época, o que Luis do Carmo chamou recentemente de “*funções de preto*”⁸. Neste contexto, o bairro Patrimônio constituiu-se também num

⁷ Fonte: Catálogo Histórico, ano I, nº 6, Secretaria de Educação e Cultura, Uberaba/MG, 1987, In RIBEIRO JR., Florisvaldo Paulo. *Resistência Negra e a Experiência do Cativo - Uberaba, 1856/1901*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2001, p.48.

⁸ CARMO, Luis Carlos do. *Função de Preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2000.

espaço onde os negros podiam livremente estabelecer suas próprias sociabilidades já que, provavelmente, o “espaço dos brancos” para eles era vivenciado como “espaço” para o trabalho. Era no Patrimônio que os negros organizavam seu espaço de diversão (festas religiosas e costumeiramente escravas como o congado). Sebastião Messias de Oliveira, nascido em Goiás, no ano de 1918, que acompanhou o pai, a mãe e os irmãos para Uberabinha, em 1921, dá conta de que lá o preto só penetrava o “espaço do branco” para executar algum serviço:

o preto, o preto era vedado, a não ser algum amigo que entrava pra prestar serviço, né. Eu mesmo como vendedor de pé-de-moleque na rua, tinha um acesso pra entrar lá quando era moleque. A dona Cobra me pegava e me levava lá dentro e eu vendia pé-de-moleque para as mulheres⁹.

Como disse, é possível falar de uma história desses trabalhadores negros. Acredito que isso se deve à força de uma identidade forjada numa experiência negativa do trabalho cativo que levava tais trabalhadores a se recolherem, depois da abolição, numa estratégia de auto-defesa. Esta atitude traduzia mais do que a definição de um território. Ela tendia a restituir para aqueles trabalhadores negros, nalguma medida, a autonomia sobre o trabalho e o tempo de trabalho, tornando difícil o exercício de algum tipo de controle da classe dominante sobre aquela força de trabalho ainda não convertida ao trabalho “livre”. Do lado da classe dominante, este parece ter se tornado um problema vital para a reprodução do capital – depois de 1888, baseado em relações sociais de produção assalariadas. Esta situação fora denunciada na imprensa de Uberabinha, em 1914, pelo jornal “O Progresso”, de inspiração republicana, pois era ligado ao Partido Republicano Municipal. Na matéria, o articulista ressentia-se pela forma pouco criteriosa com que os escravos tinham sido libertados.

Estas pretas!

⁹ Depoimento de Sebastião Messias de Oliveira, In *Projetos Depoimentos*. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, Arquivo Público Municipal, Seção de Documentação, p.08.

Fui um fervoroso adepto da liberdade dos pretos; folguei imensamente com a extinção dessa mancha negra que aviltava o meu amado Brasil; achei e acho ainda boa, justa, santa, a lei de 13 de Maio de 1888.

Entretanto sempre pensei que essa lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restricções; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho.

A falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe, naquele tempo grandes prejuizos à lavoura e, ainda hoje occasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sugeitar a elle.

As sras. Morenas (chamal-as de pretas é uma grave offensa!) então são intoleráveis!

Querem andar muito bem vestidas, melhor ainda do que as patroas, serem tratadas com muitas atenções, não gostam de serviços grosseiros...

Vou contar-lhes um facto para provar o que digo:

Uma sra. tem uma lavandeira que lhe lava a roupa em determinados dias. Num destes a preta não procurou a roupa, a sra. mandou chamal-a

- Já vou! Respondeu ella.

Não foi. No dia seguinte a sra. manda de novo chamal-a

- Ora diga a sua mãe, pequena, que não vou, porque chego lá, custam a abrir a porta e fico me queimar no sol! E demais não gosto de carregar mala de roupa pela rua! Ella que mande trazer a roupa, que eu lavo.

Ah! Se eu fosse autoridade tiraria as cócegas a essas morenas enthusiasmadas...

Tições!¹⁰.

De modo bem geral, a visão sobre os trabalhadores - e não só os negros - era, na verdade, bem negativa. Os jornais dão conta - desde pelo menos 1907 - de inúmeras situações em que os trabalhadores são sempre acusados de um comportamento lascivo, displicente, ocioso e pouco "respeitável", em relação à família uberabinhense. Contra tal realidade o Estado era chamado a intervir. A prisão dita

¹⁰ Estas pretas, In *Jornal O Progresso*. Anno VIII, nº363, de 04/10/1914, p.01.

“correcional” era comum na cidade e, sempre que possível, ganhava registro no jornal *A Tribuna*, por meio da coluna “Pela Polícia”. Estatística policial informava que, no ano de 1920, foram efetivadas 111 prisões do tipo correcional. Este número não era desprezível, dado que naquele ano o total de prisões atingiu 135 pessoas. Além disso, 10 pessoas tiveram “*chamados de atenção*”¹¹. A polícia exercia ainda outro tipo de controle sobre os trabalhadores, à medida que assumia a função de emitir atestados de conduta para muitos, viabilizando ou não algum trabalho. No mesmo ano de 1920, foram confeccionados 60 atestados.

As prisões correcionais abrangiam uma infinidade de comportamentos. José Caetano, vulgo José Bonito, pardo, 22 anos, foi trancafiado por se passar por agente de polícia. O português Braz Cazimiro Ferreira, de 55 anos de idade, foi “corrigido”, porque tentara conseguir água através de uma ligação clandestina que derivava do encanamento do matadouro municipal. Já o italiano Felipe havia disparado seu revólver a esmo na avenida João Pinheiro¹². Marina Ferreira, Luiza Augusta e Francisca Pereira terminaram na cadeia “*por estarem embriagadas promovendo desordens*”¹³. Miguel Rosalino foi preso “*por estar alcoolizado e promovendo desordens na Confeitaria Central, armado de punhal*”. As “*meretrizes Isabel Maria Conceição, vulgo Rola e Jovina Maria da Siva*” também foram presas por “*si agrirem mutuamente na pensão onde se acham hospedadas*”. E “*as decahidas Felicidade Maria dos Anjos e Rachel Ferreira por serem encontradas em lucta corporal na Avenida Affonso Penna*”¹⁴. Enfim, entre as principais ações que mobilizavam o esforço policial “corretivo” estavam a vadiagem e o ócio, materializados em “bebedeira” ou “farra”.

Embora essas evidências sejam já do final do decênio de 1910, é provável que este tenha sido o quadro mais geral

¹¹ Pela Polícia, In *Jornal A Tribuna*. Anno I, nº18, de 11/01/1920, p.02.

¹² Pela Polícia, In *Jornal A Tribuna*. Anno I, nº12, de 30/11/1919, p.02.

¹³ Pela Polícia, In *Jornal A Tribuna*. Anno I, nº42, julho de 1920, p.02.

¹⁴ Pela Polícia, In *Jornal A Tribuna*. Anno I, nº34, 02/05/1920, p.02.

que orientou o reclame do articulista de *O Progresso*, no ano de 1914. O fim da escravidão havia deixado muitos patrões sem dispositivos para obrigar os ex-escravos ao trabalho ou mesmo para controlar-lhes o tempo de trabalho. O registro feito naquele ano batia-se ainda sobre a questão da formação do trabalhador livre no Brasil pós-escravidão. Neste sentido, a literatura especializada das décadas de 1970 e 1980, que tentou lidar com o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil, figura ainda hoje com pelo menos um mérito, que é o de ter destacado a criação e a divulgação de uma ideologia positiva do trabalho como mecanismo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil¹⁵. Por mais complexa que fosse a manutenção do trabalho cativo na última metade do século XIX – em que o senhor de escravos não se apoiava permanentemente no uso da violência e no cativeiro, mas era obrigado eventualmente a negociar tal exploração¹⁶ –, não há como negar a prática contra os escravos de um trabalho extremamente degradado, principalmente no campo. Portanto, parte substancial das dificuldades de viabilização de uma mão-de-obra, disposta “livremente” a dedicar-se ao trabalho empregado pelo capital, consistia na resistência oposta pelos trabalhadores em terem que submeter todo seu tempo ao controle de outro. E, aqui, incluem-se, também, as experiências dos trabalhadores livres que viviam da posse da terra de outro, como agregados, ou mesmo como pequenos proprietários¹⁷. Em que pese inclusive que tal resistência foi herdeira de tradições camponesas e até mesmo urbanas anteriores ao final da escravidão, o impacto desta mudança fora maior e mais sentido após 1888. Parece um tanto óbvio que, quando

¹⁵ É representativo desta literatura especializada KOWARICK, Lúcio. Op. cit..

¹⁶ É representativo desta visão CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 2ª ed., São Paulo, Cia das Letras, 1999. Ver também do mesmo autor *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹⁷ Embora já superado nalguns pontos, para ter-se uma idéia sobre as modalidades de trabalho “livre” verificar o já clássico trabalho de FRANCO, M.S.C.. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed., São Paulo, Kairós, 1983.

escreveu seu reclame, era sobre isto que nosso articulista estava pensando.

Contudo, sabe-se hoje que, historicamente, não se tratou de uma transição de um tipo específico de trabalho escravo para outro tipo específico de trabalho livre. As modalidades de exploração do trabalho escravo eram muitas e variaram com o tempo e de região para região. A própria diferença entre a vida escrava no campo e na cidade (principalmente nos estados que formariam o sudeste, cuja documentação tem sido mais amplamente divulgada) já é bem salientada em estudos produzidos a partir da década de 1980¹⁸. Sabe-se também que a tese mais consagrada sobre essa transição tomou a realidade de São Paulo como base empírica para sua comprovação¹⁹, havendo já outros estudos que contestam, com grande acerto, sua generalização para todas as experiências de todo o território nacional²⁰. Estas são apenas algumas notas que mostram a complexidade das modalidades de trabalho e das possíveis experiências dos trabalhadores escravos ou livres no Brasil do século XIX, particularmente antes da abolição. Esta é parte de uma bibliografia que sugere a pluralidade de situações ocorridas nessa transição, cujo ponto mais alto pode ser localizado nos anos seguintes a 1888. Com um olho nessa historiografia e o outro na documentação, tentarei chegar aos trabalhadores e seus modos de viver na Uberabinha pós-abolição.

A opinião do articulista que escreveu "*Estas pretas*", se não expressa uma defesa clara da positividade do trabalho, denuncia como negativo um comportamento dos trabalhadores ex-escravos, ressentido-se da forma com que a liberdade fora definida e, por fim, reivindica atitudes (acredito

¹⁸ Novamente recorro a CHALHOUB, Sidney. Op. cit, 1999. Ver também *sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922 a 1937)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 1997.

¹⁹ São representativos dessa interpretação o trabalho já citado de Kowarick e o trabalho de MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª ed., São Paulo, Hucitec, 1986.

²⁰ Ver MOTTA, Márcia M.M. *Nas Fronteiras do Poder - conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

que do poder público) para vergar aqueles indóceis trabalhadores. Sua opinião não é isolada. Faz um certo eco retardatário (e por isso muito interessante) do grande dilema da classe dominante do século XIX, na eminência do fim da escravidão: Como “preparar” os escravos para sua nova condição? E que “nova” condição seria esta?²¹. Aqui, o mais relevante talvez resida no fato de que é um eco retardatário e, por isso mesmo, bastante sintomático de uma questão que, aos olhos da classe dominante, ainda não havia se acomodado ao leito normal que lhe fora preparado. A escassez de mão-de-obra, muitas vezes reclamada nos jornais de Uberabinha²², salientava uma preocupação mais detida acerca dos “tições”.

Uma vez livres, os trabalhadores que foram eventualmente separados de suas famílias e amizades, quando da venda de escravos para o Oeste Paulista,

²¹ Para uma visão bastante clara (e também polêmica) sobre a complexidade desta questão, ver PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e Escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas, Edunicamp/Cecult, 2001.

²² Apesar desta questão aparecer nos jornais a partir da década de 1900, não me foi possível obter dados mais significativos os quais permitissem demonstrar um quadro acerca dessa situação. De qualquer forma, a natureza desta falta de mão-de-obra parece ter ocorrido mais em função da indisposição ao trabalho por parte daqueles que lá moravam, do que propriamente pela falta numérica de trabalhadores, o que não é relevante para o que aqui discutimos.

²³ A evidência de que houve algum comércio de escravos entre o Triângulo Mineiro e o Oeste paulista está em RIBEIRO JR., Florisvaldo Paulo. Op. cit., p.65. Outro trabalho que permite esta inferência é o de Robert Slenes. Entretanto, é mais provável que a transferência de escravos de Uberabinha para o Oeste paulista tenha sido bem menor do que as cifras registradas para as zonas “metalúrgica-mantiqueira” (próxima à zona da Mata), “Alto Paranaíba” e “Paracatu”, regiões de garimpo e, portanto, em declínio. SLENES, Robert W. “Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX”, In *Revista Estudos Econômicos*. v.18, n.3, São Paulo, IPE/USP, set.dez/1988, pp.463-465. É possível inferir ainda que Uberabinha (como parte de Uberaba) tenha cumprido importante papel na “exportação” de gêneros para as regiões de garimpo diamantífero e aurífero do Alto Paranaíba (Estrela do Sul, Carmo do Bagagem - hoje Romaria e Monte Carmelo - Patrocínio e Paracatu), comércio feito por tropeiros do sul e do leste desde o início do século XVIII, no caso de Estrela do Sul. Sobre esta última informação, consulte o “mapa do Brasil com a localização das

provavelmente seguiram naquela direção²³. Mais provável, entretanto, é que a maioria ficara naquelas imediações. Embora os dados censitários acerca da demografia de Uberabinha, entre 1888 e 1922 sejam bastante imprecisos quanto ao número de escravos e de ex-escravos, é possível reconhecer uma forte presença desses trabalhadores na cidade. Boa parte desses trabalhadores ficou mesmo em Uberabinha, no entorno do núcleo urbano. Muitos deles, antes mesmo da abolição, concentravam-se no “*Patrimônio*”, como já informei no início²⁴. O primeiro nome do bairro foi Nossa Senhora da Abadia. O terreno fora doado por Jacinta Francisca da Silva. Em 1887 foi demarcado de maneira mais clara. De acordo com Jerônimo Arantes, o terreno que antes media 12 alqueires foi “*cercado por um valo que começa no Ribeirão São Pedro, segue em direção do sul até o alto onde fica um cruzeiro; segue depois rumo a leste até encontra-se com o córrego da Lagoinha, tributário do ribeirão São Pedro; seguindo a divisa por esse abaixo até o ponto onde começou*”²⁵. Talvez o nome de “*Patrimônio*” tenha surgido por essa ocasião, haja vista que onde os trabalhadores moravam era uma parte do “*Patrimônio*”, doado em 1883, portanto, “*bairro do Patrimônio*”. Depois da abolição, devem ter se agrupado em definitivo naquele lugar, distante uns dois quilômetros de onde então se localizava o núcleo urbano, até 1898. Tal lugar atravessaria todo o século XX como sendo um bairro ocupado somente por moradores pretos²⁶.

O reclame do articulista do jornal *O Progresso* de 1909 quanto à “*libertação*” dos escravos e não quanto à sua “*diminuição*” parece indicar que os trabalhadores negros possuíam algum tipo de autonomia e controle sobre seu tempo

zonas em que se mineraram ouro e diamantes na era colonial, principais caminhos e roteiros abertos no século XVIII”, In SIMONSEN, Roberto C., *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 5ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, pp.254-255.

²⁴ Minhas conclusões se baseiam nas informações topográficas do mapa de Uberabinha construído pelo memorialista Tito Teixeira na década de 1930. Jerônimo Arantes também menciona a data em seu livro *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia, Pavan, 1938, pp.54-55.

²⁵ ARANTES, Jerônimo. Op. cit., p.54.

²⁶ CARMO, Luis Carlos do. Op. cit..

de trabalho. O articulista não se dizia divergente da “Lei Áurea”, mas reclamava a falta de algum mecanismo que impusesse a eles a obrigatoriedade do trabalho, lembrando:

a falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe, naquele tempo grandes prejuízos à lavoura e, ainda hoje ocasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sujeitar a elle.

A avaliação do articulista sobre os “*grandes prejuízos à lavoura*” causados pela abolição fazia coro, de um certo modo, ao discurso de setores ruralistas do Brasil, no primeiro decênio do século XX, revelando o quão desarmados estavam eles para, nas palavras de Sônia Mendonça, “*redefinirem os parâmetros da absorção e generalização do novo - o trabalho livre -, nos moldes do único projeto de imigração em massa vitorioso: o da grande burguesia paulista*”²⁷. Bem ao fundo, a questão era que, em alguma medida, o trabalhador liberto tornara-se um problema para a classe dominante. Ele não queria, por vontade própria, sujeitar-se às novas regras do trabalho. E, não havendo mais a prática oficial da coação física, a “*obrigatoriedade do trabalho*” requeria outros invólucros. Neste sentido, o reclame feito no jornal era também o reconhecimento da necessidade premente da classe dominante de inventar estratégias de enquadramento dos trabalhadores adequadas à modalidade de trabalho contratual. Antes, porém, de continuar este assunto e identificar quais foram algumas dessas estratégias, talvez seja conveniente descobrir onde se empregaram na cidade os ex-escravos após 1888.

O indício que tenho sobre a presença dos ex-escravos na cidade de Uberabinha, para além dos escassos números que já apresentei, é retrospectivo. Trabalhando com depoimentos de filhos e netos de ex-escravos de Uberabinha, Luiz do Carmo concluiu que, por volta de 1950 e 1960, consolidaram-se entre os trabalhadores negros ocupações

²⁷ MENDONÇA, Sônia R. “O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de idéias”, In *À Margem*, Revista de Ciências Humanas, Ano I, n°01, pp.25-40, Niterói, Janeiro/1993, p.29.

específicas, que o autor intitulou de “*funções de preto*”. Tais funções constituíram-se basicamente da charqueada, da fabricação de banha (produção de carne e de derivados de carne suína), do calçamento das ruas, do beneficiamento de arroz, do curtume e dos transportes de mercadorias. E como fica claro no reclame de 1914, já citado, também trabalhos domésticos. Dentre estas, destacavam-se, como atividades exercidas predominantemente por trabalhadores negros, a produção de charque, de banha e o calçamento das ruas, conforme salientou em um de seus depoimentos, o sr. Adão Rodrigues: “*não tinha um branco sequer, esse era um serviço de nego ... era uma função de preto*”²⁸. É difícil não imaginar uma conexão entre a realidade discutida por Luiz do Carmo, nos anos 1950 e 1960, e a situação dos trabalhadores negros recém libertados ao longo do período entre 1890 e 1922. Ela sugere um tipo de segregação materializada, por exemplo, na constituição de um bairro formado exclusivamente por pessoas negras e que se caracterizaria principalmente por uma definição das “*funções de preto*”, referenciada nas difíceis condições de trabalho notadas nas experiências como a do sr. Adão. A natureza conflituosa daquela segregação não se desdobraria necessariamente em choques abertos, frontais e violentos entre negros e brancos, embora isto acontecesse mesmo que sob outras etiquetas, como a questão da honra, do ciúme e da valentia²⁹. Como percebeu Luiz do Carmo, o tipo de segregação desenvolvida em Uberabinha, nas décadas de 1950 e 1960, podia ser vista também como uma opção dos trabalhadores negros contra contatos potencialmente violentos e desqualificadores com os brancos. Mantendo-se juntos, nas tais “*funções de preto*”, Luiz do Carmo sugere que aqueles trabalhadores sentiam-se de certo modo protegidos³⁰.

É neste contexto que se pode abordar o “*Patrimônio*” também como um espaço onde os pretos podiam livremente

²⁸ CARMO, op. cit., p.74.

²⁹ GARCIA, Renísia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia - um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922 a 1937)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 1997.

³⁰ CARMO, op. cit., p.106.

estabelecer suas próprias sociabilidades, já que provavelmente o “espaço dos brancos” para eles era somente “espaço” para o trabalho. A formação de um bairro só de trabalhadores negros, reconhecido assim por volta de 1894 (ou, de acordo com a visão de Sebastião Messias, “*mais de 90% eram pretos*”), pode ter sido uma estratégia de sobrevivência na sua nova condição de livres, experimentada em Uberabinha. Contudo, não me parece que a constituição desse bairro ficara isenta dos olhares e das ações da classe dominante. A própria instalação do Matadouro Municipal, também no ano de 1894, praticamente colado àquele bairro reclama que se pense noutra possibilidade que não a coincidência. Famílias de negros de outros municípios seriam atraídas pela possibilidade de trabalho no matadouro. Foi o caso, por exemplo, da família de Sebastião Messias de Oliveira que teve sua primeira morada no “fundinho”, mas logo ganhou o caminho do “*Patrimônio*”.

É preciso, pois, pensar a questão da segregação dos trabalhadores negros em Uberabinha, menos como conceito e mais como uma parte importante do processo histórico de definição das relações sociais naquele momento. Assim, na análise da segregação, apontada por Luiz do Carmo (deslocada aqui para o período de 1888 a 1922), há que se considerar pelo menos duas perspectivas constitutivas desse processo: uma delas, conforme tentei discutir, pode ser conhecida como um mecanismo de proteção e defesa desenvolvido pelos próprios trabalhadores negros. A outra seria determinada pelos interesses da classe dominante de redefinir o espaço urbano. Portanto, tomar a construção da identidade de grupo ou de classe a partir das experiências sociais é uma operação analítica que não pode ser realizada plenamente se deslocada da dimensão relacional das classes e frações das classes presentes na realidade e freqüentemente envolvidas e confrontadas umas nas visões de mundo e nas práticas das outras.

No ano de 1895, a Câmara municipal definiu um novo lugar onde seriam edificadas as construções novas. Esta medida tentava responder à necessidade de definir as posses

de lotes e terrenos então existentes e transformá-las em propriedades. Porém, para além disso, as novas construções passaram a ser enquadradas nas posturas municipais, que previam alinhamentos e padronizações de fachadas. É este último aspecto que me interessa aqui. Na reunião de 09 de março de 1900, os vereadores davam conta da evolução do desenho urbano desde 1895. O vereador Santana (agente executivo na gestão 1901-1903) pediu a palavra e

requereu que fosse fiscalizada todas as propriedades, construções e posses adquiridas nos terrenos pertencentes a cidade nova limitando-se com a cidade velha para assim não se aproveitar dos erros dos oficiais da Câmara em prejuízo da mesma intimando-se a todos para ratificar seus documentos de posse³¹.

O receio maior daquele vereador alertava contra construções ou posses indevidamente constituídas no espaço destinado à “*nova cidade*”. Sua preocupação denunciava também a dificuldade enfrentada desde 1895 para definir os limites entre “*a cidade velha e a nova*”³². No Código de Posturas 1903, não há menção às duas cidades. As prescrições para construções novas ou reparadas eram indistintas quanto ao lugar. Seu foco tomava, na forma de vários artigos, pontos como alinhamento, grades, muros, passeios e altura. Apenas o artigo de número 34 associava e condicionava a postura municipal ao lugar: “*até meio kilometro contado da igreja mais próxima, todas as casas nas povoações deverão ser cobertas de telhas de outro material incombustível*”³³. Contudo, os limites existiam e tinham contornos sociais. No dia 10 de março de 1900, foi lido na Câmara um requerimento solicitando um terreno para construção de uma casa. Dona Francisca Maria de Jesus pedia “*a concessão de um terreno para a edificação de uma pequena casa para seu abrigo alegando pobreza e pedindo esta concessão grátis*”³⁴. Enviado

³¹ Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, seção datada de 09/03/1900, livro 0027, p.49.

³² Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, seção datada de 09/03/1900, livro 0027, p.49.

³³ Artigo 34, do Código de Posturas Municipais de 1903, p.09.

³⁴ Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, seção datada de 10/03/1900, livro 0027, p.49v.

à comissão competente, o requerimento recebeu parecer favorável. No dia seguinte, posto em discussão o parecer da comissão, a Câmara decidiu por unanimidade que “*se concedesse gratuitamente o terreno para edificação de uma pequena casa que sirva de agasalho a peticionária em terrenos da cidade velha para em qualquer tempo não perturbar alinhamentos da cidade nova*”³⁵. Por outro lado, se os limites existiam, até que ponto eles eram completamente claros e em que medida eles eram respeitados, é uma questão mais difícil de responder. Já sobre os decênios de 1920 e 1930 Castorina Maria de Jesus, negra (que diz ter sido “criada” pelas famílias Gifoni e Rodrigues da Cunha), sem querer falar sobre o assunto, mas estimulada pelo entrevistador, confirma que a cidade era vista dividida entre o “fundinho” – lugar onde moravam os ricos – e o “*Patrimônio*” – lugar onde moravam os pobres³⁶. Creio que depois desta “volta” posso retomar os trabalhadores negros, afirmando que a própria distância que os separava do centro da cidade não era apenas geométrica, mas social.

III

Além da mão-de-obra escrava recém libertada, existiam trabalhadores brancos. Eram, na sua maioria, famílias de agregados que lidavam nas roças de arroz, milho, algodão e cana. Mas não era uma mão-de-obra suficiente para as atividades econômicas havidas em Uberabinha depois do fim da escravidão. É isto que nos fazem notar os jornais que sobreviveram ao tempo. Deste ponto de vista, parece que a Câmara de Uberabinha acompanhou as experiências de algumas regiões do estado de São Paulo, financiando a vinda de imigrantes para a lida na lavoura. Pelo menos no ano de 1894, figurou no planejamento daquela Câmara um esforço para a imigração de trabalhadores destinados principalmente à lavoura (suponho que eram na sua maioria italianos, devido à formação de uma colônia daquela nacionalidade em

³⁵ Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, seção datada de 11/03/1900, livro 0027, p.51.

Uberabinha por volta do mesmo período).

Na previsão orçamentária para o ano de 1895, no parágrafo 13º do artigo 1º, previu-se o gasto de 10:000\$000 (dez contos de réis) “*com o serviço de imigração de trabalhadores para a lavoura e serviço doméstico*”³⁷. É difícil avaliar o peso que tiveram os trabalhadores imigrantes na composição da classe trabalhadora de Uberabinha, a partir de 1888. Os dados referentes ao recenseamento feito em 1920 não descrevem as ocupações, embora forneçam uma informação preciosa sobre o número de estrangeiros no município de Uberabinha. Naquele ano, de uma população aproximada de 22.956 pessoas, havia 840 estrangeiros, cerca de 3,6%. Os italianos eram a maioria entre os estrangeiros. Estavam presentes no campo como agregados ou mesmo como pequenos proprietários, como no caso da família de Natali Candelore. Descrito em 1912 como “*um bonissimo velho de setenta e tantos annos, chefe de numerosa familia, todos lavradores e residentes no município*”. Com o peso da idade, abandonou o campo e “*veio para a cidade com a mulher e abriu uma vendinha, de que ia tirando os meios de subsistência*”³⁸. Na cidade, os italianos formaram uma colônia. Eram, na descrição de Roberto Capri, “*profissionaes, industriaes e negociantes*”³⁹. Os “*profissionaes*”, quase todos ligados à

³⁶ Depoimento de Castorina Maria de Jesus, In *Projetos Depoimentos*. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, Arquivo Público Municipal, Seção de Documentação, p.23.

³⁷ Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, seção datada de 27/09/1894, livro 1, p.156.

³⁸ Descobri Natali Candelore por meio de uma matéria do jornal *O Progresso* que noticiou seu assassinato. A versão oferecida pelo jornal falava que “*na sexta-feira passada trez malvados excitados por repetidas libações alcoolicas, que lhes despertaram os instinctos sanguinarios, dirigiram se á venda de Candelore e, sem provocação, sem outro motivo que a sua perversidade, lhe desfecharam dois tiros de garrucha, servindo-se segundo ouvimos dizer, de uma arma que estava do lado de dentro do balcão e que pertencia a propria victima*”. Apesar de construir uma imagem extremamente animalésca e irracional dos supostos agressores, é se pensar se o motivo de tal ação não decorreria de um sentimento de xenofobia contra o italiano que, inclusive, era o dono da garrucha. *Jornal O Progresso*, ano IV, nº254, de 31/08/1912, p.1.

³⁹ CAPRI, op. cit., p.43.

construção civil (pedreiros, carpinteiros e pintores) chegaram a criar em 16 de abril de 1911 uma associação de classe chamada de “*Liga Operária de Uberabinha*”⁴⁰. No início, parece que havia um número razoável de operários interessados nessa liga. Numa das reuniões preparatórias à criação da associação, o jornal registrou a presença de aproximadamente “*sessenta e muitas pessoas*”⁴¹. Cabe perguntar sobre os objetivos da liga.

O 1º artigo do Estatuto da Liga⁴², ao tentar uma caracterização de seus filiados, traz de maneira implícita talvez, uns dos principais dilemas vividos pelos trabalhadores no Brasil daqueles tempos, fossem eles italianos ou trabalhadores negros egressos da escravidão: “*A liga operaria de Uberabinha, fundada em 16 de Abril de 1911, por iniciativa de um grupo de operários, compõe-se de um numero illimitado de socios, e d’ella poderão fazer parte, operario de qualquer classe sem distincão de côr ou nacionalidade*”⁴³. No 4º dos 8 itens que estabeleciam, no 2º artigo, as funções e os objetivos da liga, a questão da nacionalidade era retomada novamente, deixando transparecer que era comum algum tipo de rivalidade entre os trabalhadores brancos, os trabalhadores estrangeiros e os trabalhadores negros: “*Despertar o sentimento de solidariedade para com os operários de todas classes, e combater divergência de nacionalidade ou raça*”⁴⁴.

Há, então, pelo menos dois recortes fundamentais que atravessavam a composição dos trabalhadores de Uberabinha filiados à Liga dos Operários que, diga-se de passagem, era formada basicamente por trabalhadores vinculados à

⁴⁰ Estatutos da Liga Operária de Uberabinha, In *Jornal O Progresso*, ano IV, nº194, de 1º/07/1911, p.2.

⁴¹ Liga Operária, In *Jornal O Progresso*, ano IV, nº184, de 22/04/1911, p.1.

⁴² Tal estatuto teve seus artigos publicados no jornal *O Progresso*, nas edições de nº 194, 196, 197, 198, 200 e 201.

⁴³ Estatutos da Liga Operária de Uberabinha, In *Jornal O Progresso*, ano IV, nº194, de 1º/07/1911, p.2 (grifo meu). A noção de classe era utilizada ali para designar ofícios diferentes, mas caracterizados como trabalho operário. Assim, havia a classe dos carpinteiros, a classe dos pintores etc..

⁴⁴ Idem, p.2 (grifo meu).

construção civil: o de nacionalidade e o de cor. Em decorrência desses recortes, é possível pensar uma certa hierarquização entre os trabalhadores em relação aos trabalhos e ofícios. As atividades mais qualificadas pareciam estar ligadas diretamente à construção civil e eram executadas pelos trabalhadores brancos, havendo, ali, uma suposta divergência entre os nacionais e os estrangeiros. Alguns desses últimos sairiam da condição de trabalhadores, como foi o caso do pintor Cypriano Del Fávero, que se tornou, nos cinco anos seguintes ao de 1909, um “*empreiteiro constructor*”⁴⁵, acumulando alguma fortuna a partir dali. A maioria, no entanto, morreria incógnita, não fossem eventualmente as tragédias como a que acometeu o sr. Natali Candelore.

Outros italianos chegaram em Uberabinha por conta própria, desde a década de 1880, sem os recursos públicos municipais que tentaram financiar a mão-de-obra estrangeira. Alguns poucos trouxeram certo capital e se arriscaram no comércio de secos e molhados, como foi o caso de Francisco Gambardella, José Caparelli, Giacomo Vanni e Ettore Salvatori. Havia os que investiram noutros negócios, como o padeiro Henrique Petri, a charqueada de propriedade de Giocondo e Morelli, a tinturaria de Ângelo Petri e a sorveteria de Othelo Del Favero. E havia ainda italianos artesãos ou que dominavam alguma habilidade específica como o sapateiro João Buccironi, o fotógrafo Ângelo Naghettini e o marceneiro Américo Zardo⁴⁶. Simbolizando o pretendido “sucesso” da trajetória italiana, em Uberabinha, estava Ângelo Zoccoli, exaltado no livro de Capri como “*rico proprietário, industrial e agricultor*”⁴⁷. Percebi ainda a presença de Sírios, espanhóis e portugueses de recente leva, mas sem

⁴⁵ “Liga Operária”, In *Jornal O Progresso*, ano IV, nº184, de 22/04/1911, p.1.

⁴⁶ Montei este quadro a partir de informações de CAPRI, op. cit., pp.44-45; e PEZZUTI, Cônego Pedro. op. cit., pp.68-86. Mesmo alguns dos italianos que conheceram certa mobilidade social em Uberabinha, não teriam longa prosperidade, como foi o caso de Ettore Salvatore, que foi declarado falido no início de 1922. Cf. Fallência de Ettore Salvatore, In *Jornal A Tribuna*, nº 131, de 19/03/1922, p.5.

⁴⁷ CAPRI, op. cit., p.44.

poder-lhes traçar um quadro das ocupações, conforme tentei em relação aos italianos. Mesmo sobre os italianos, as conclusões são de difícil feita. A liga dos operários, por exemplo, que foi marcada na sua origem pela presença de Cypriano Del Fávero, teve em seus quadros da primeira diretoria, apenas o italiano Ettore Salvatore⁴⁸. Enfim, mesmo depois de evidenciar uma forte presença italiana na cidade e no campo, e de encontrar a maioria deles na condição de trabalhadores, ainda é difícil identificar exatamente que tipo de legado político trouxeram consigo de além-mar e, o que é principal, como suas tradições sobreviveram ou foram alteradas na composição dos mundos do trabalho em Uberabinha.

Sobre isso, uma nota rápida e provisória adverte que não havia homogeneidade nem social e nem política entre os italianos que vieram para o Brasil a partir das décadas de 1870 e 1880. Numa observação marginal, Boris Fausto afirma que os italianos vieram em maior número, da parte norte, especialmente da região do Vêneto⁴⁹, onde, desde 1870, a unificação nacional combinava-se com certa industrialização. Mas vieram também do sul, principalmente da Calábria, onde o trabalho com a terra era a regra⁵⁰. Meu bisavô, por exemplo, que chegou nos idos de 1895, era camponês. De qualquer maneira, se advinham de tradições ligadas à indústria ou à lavoura, certo é que contavam com alguma experiência de organização de classe em suas bagagens. Nesta direção, é Hobsbawm quem nos adverte em nota marginal sobre a existência de uma forte organização

⁴⁸ Os outros eram Manoel Rodrigues Torres, Braz Xavier da Silva, Antônio Penna, João Martins de Oliveira França e Antonino Pinto. Cf. Estatutos da Liga Operária, In *Jornal O Progresso*, ano IV, nº201, de 26/08/1911, p.2.

⁴⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 1986, pp.13-37.

⁵⁰ Hobsbawm alega que italianos vinculados a atividades no campo começaram a emigrar devido à ineficácia da política italiana de protecionismo agrícola levada a cabo no período de 1880 e 1914. Ver HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.69.

do campesinato nas décadas de 1890 e 1900, na Itália, que dotaria famílias camponesas de alguma experiência de resistência⁵¹.

Isto nos leva, pelo menos, a dois lugares. Primeiramente, pode-se pensar esses italianos a partir de fortes tradições camponesas, em que o trabalho era familiar e realizado no âmbito de pequenos mercados locais, onde os produtos eram vendidos ou trocados de acordo com demandas específicas. Praticariam uma agricultura de subsistência em que o excedente seria comercializado nas feiras locais⁵². Cuidariam, por si mesmos, tanto da produção quanto da comercialização de seus produtos. Referenciados nesta tradição, não parece incomum que italianos de origem camponesa iniciassem no Brasil algum tipo de comércio. Enfim, é possível conceber essa tradição como uma das fontes inspiradoras para os italianos que se converteram em comerciantes, como também é possível pensar que aqueles italianos estiveram mais para a composição de uma pequena burguesia comercial do que para uma classe economicamente expropriada de seus meios de produção.

Na outra ponta deste fio, a tradição – embora mais recente – de organização sindical, existente tanto na cidade quanto no campo, qualificaria os italianos para uma vida em que o trabalho assalariado, por jornada trabalhada, não fosse algo estranho. Pode-se pensar os italianos constituídos em Uberabinha como trabalhadores deserdados e oriundos de uma classe cujo passado recente fora marcado pela experiência do trabalho assalariado. Mas não é de todo descartável que o reclame do jornal, dirigido contra os “*tições*”,

⁵¹ Hobsbawm aponta a extrema dificuldade de organização e mobilização do proletariado agrícola na Europa ocidental, apesar de inúmeros esforços revolucionários das próprias classes operárias. A exceção ficava por conta da Itália, “*onde a Federação dos Trabalhadores da Terra era, de longe, o maior sindicato, aquele que lançou as bases para a posterior influência comunista, na Itália central e em partes do sul do país*”. Ver HOBSEBAM, Eric J. *A Era dos Impérios*, op. cit., p.179.

⁵² Ver HOBSEBAM, Eric J. “Os camponeses e a política”, In *Pessoas Extraordinárias. Resistência, rebeldia e jazz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998; e HOBSEBAM, Eric J. *Os Bandidos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976 (Há várias referências neste livro).

possa ser estendido aos trabalhadores em geral, como uma avaliação sobre a necessidade da classe dominante de contar com trabalhadores “dispostos” a serem explorados, isto é, disciplinados segundo as demandas do capital instalado na cidade. As evidências mais fortes sobre essa questão podem ser encontradas no código de postura de 1903, onde foram formulados alguns artigos cuja intenção visava disciplinar e controlar o mercado de trabalho. No título V, por exemplo, dirigido à questão da “*indústria em geral*”, a preocupação inicial apontava para a necessidade de identificar e educar a mão-de-obra em Uberabinha. No capítulo 1, tentava-se definir o “*serviço doméstico, pastoril e agrícola*” ali existente. No artigo de nº 150, o primeiro daquele capítulo, os vereadores procuraram determinar que

todas as pessoas que se destinarem ao serviço doméstico, no município, ou ao serviço pastoril e agrícola, mediante contrato verbal ou escripto com agregação dos patrões, são obrigados a matricular-se nesta câmara que, para esse fim, terá um livro próprio e especial⁵³.

Chamando para si a responsabilidade sobre o controle dos trabalhadores, a Câmara municipal estipulava que somente poderiam ser contratados aqueles que portassem tal matrícula. O empregador que contrariasse esta postura seria multado em 50\$ (50 réis). Este tipo de preocupação demonstrada pelos vereadores e que tendia a classificar os comportamentos dos trabalhadores em lícitos e ilícitos, visando a torná-los trabalhadores completamente expropriados, coincidia com a legislação mais geral da época, inscrita no Código Penal de 1890. Passada apenas uma década desde a abolição, a grande massa de libertos em todo Brasil ocupava a mente dos legisladores como um problema a ser resolvido, sob o risco de contaminar o tecido social caso, a noção positiva de trabalho não conseguisse se impor por inteiro. Como observou Marcelo Badaró, o Código Penal de 1890 seria a expressão de seu tempo e, portanto, ressonância organizada da preocupação da classe dominante com o estabelecimento de “*padrões de comportamento social tidos*

⁵³ Código de Posturas Municipais de 1903, p.29 (grifo meu).

*como regulares através do trabalho*⁵⁴. De forma geral, o Código de 1890 mirava os comportamentos opostos à noção de trabalho pretendida pela classe dominante e os denominava como característicos da vadiagem. De uma forma mais específica, porém, em Uberabinha, era a vadiagem negra que mais incomodava a ordem e mobilizava as penas dos legisladores. Nas palavras de Chalhoub, na perspectiva da classe dominante, colocava-se como necessidade “*evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade*”⁵⁵. Então, a opinião do autor uberabinhense de “*Estas Pretas!*” expressava uma posição de classe bastante consensual na época. Ao mesmo tempo em que “folgavam” com a decisão do 13 de maio, pensavam que tal “*lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restrições; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho*”.

Os Códigos de Posturas Municipais de 1903 e de 1913 tinham partes integralmente destinadas à eliminação de modos de viver dos trabalhadores que fossem autônomos. O esforço legislativo objetivava separar o trabalho do não-trabalho, entendendo este último como um leque de comportamentos em que os trabalhadores usavam seu tempo livremente. Ao tentar restringir a caça, a criação de animais domésticos e a livre venda de carnes verdes por meio dos códigos de posturas, agia-se para expropriar as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, forçando-os, de alguma forma, a se venderem como força de trabalho nas condições ofertadas pelos fazendeiros, industriais e comerciantes. Tratava-se de enquadrar os comportamentos dos trabalhadores e efetivamente de desenvolver o máximo de

⁵⁴ MATTOS, Marcelo B. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1991, p.40.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.42.

controle sobre todo o tempo do trabalhador. Em função deste objetivo, foi que outros flancos sofreram o ataque empedernido dos vereadores.

No título IV, “*Polícia e Segurança Pública*”, o primeiro capítulo intitulado “*jogos e outros artificios prejudiciaes*” revela uma preocupação com o tempo dos trabalhadores gasto em jogos. No artigo 99, eram considerados ilícitos categoricamente 10 jogos: “*o lasquiner, a estrada de ferro, o trinta e um, o vinte e um, a roleta, primeira, pacau, búzio, pinta, vermelhinha e outros reconhecidamente como taes*”⁵⁶. Os jogos classificados como lícitos eram “*jogos de cálculo e verdadeiramente carteados como: voltarete, Boston, solo, manilha, xadrez, dominó, gamão, damas*”⁵⁷. Embora seja difícil identificar exatamente a natureza de cada um desses jogos no artigo 97, a distinção entre os lícitos e os ilícitos ficava por conta da prática ou não de apostas, isto é, de “*auferir dos jogadores qualquer interesse*”. E, quando algum dos jogos lícitos eram praticados acompanhados de dinheiro, como no caso do “*voltarete*”, é bom lembrar que se tratava de um jogo típico das classes abastadas⁵⁸.

Tomados como “*artificios prejudiciaes*” pela Câmara de vereadores, pode-se inferir que os jogos ilícitos tinham outro significado para seus praticantes. Eram encarados pelos trabalhadores como uma forma de extrair o sustento do dia-a-dia, à medida que concretamente muitos sobreviviam da renda obtida nos jogos. Nesta direção, o artigo 101 mostrava-se mais explícito como tentativa de controlar os trabalhadores que sobrevivessem do jogo ou mesmo que apelassem para tal prática eventualmente. Sem pudor, o artigo 101 criminalizava qualquer tipo de rifa ou de loteria populares, isto é, os arranjos populares praticados sem o consentimento da lei. Por este artigo, ficavam proibidas “*as chamadas ACÇÕES ENTRE AMIGOS, a venda de animaes,*

⁵⁶ Código de Posturas Municipais de 1903, p.20.

⁵⁷ Código de Posturas Municipais de 1903, p.20.

⁵⁸ Na visão literária de Machado de Assis, o “*voltarete*” era um jogo para as classes altas. Ver ASSIS, Machado. *Esaú e Jacó*. São Paulo, Editora Mérito, 1962, pp.124-125.

*gêneros ou qualquer objecto por meio de extracção de número de víspora, com ou sem cartão*⁵⁹. Não é preciso repisar mais o assunto para concluir que estas iniciativas consistiam em recursos importantes para a sobrevivência dos trabalhadores.

Todavia, os jogos ditos ilícitos não figuravam sozinhos no cadafalso onde a classe dominante expunha algumas práticas da classe trabalhadora para execução. A tentativa de caracterizar os comportamentos dos trabalhadores, pelas chancelas da “vadiagem” e da “ociosidade”, implicava um combate, às vezes, sem tréguas e que esbarrava numa resistência renitente, enraizada no viver deles. Os códigos de posturas já examinados, são desenhos desse combate e descrevem onde se localizavam os alvos. Sua necessidade, mesmo que ditada pela perspectiva da classe dominante, sinalizava fortemente para a densidade dos comportamentos dos trabalhadores, alertando para a mínima ou quase nenhuma permeabilidade deles. Numa palavra, parece que se tratava, por parte da classe dominante, de reformar as práticas da classe trabalhadora, inscrevendo no seu cotidiano outras referências, outros comportamentos, outras rotinas. É principalmente por isso que, quando olho o período aqui estudado, vejo os modos de viver daqueles trabalhadores (que poderiam passar por rotinas) como políticos, como práticas de reafirmação da sua própria existência, demarcando seus lugares e seus entendimentos sobre a cidade. Contra isso, o jornal *O Progresso* solicitava ao delegado de polícia que separasse os “falsos” mendigos dos prováveis embusteiros, por meio de ação que efetivasse a *“proibição de mendicidade a indivíduos validos e sadios que por ali andam a explorar a caridade pública, sem outra razão, alem da ociosidade a que se acostumaram*⁶⁰. Ao final do reclame, o jornal explicitava seu principal objetivo, revelando que com tal ação se *“obrigue os demais a procurarem ocupação*⁶¹.

Neste sentido, os códigos de posturas municipais eram

⁵⁹ Código de Posturas Municipais de 1903, p.21.

⁶⁰ “Mendicidade”, In *Jornal O Progresso*. Anno I, nº036, 24/05/1908, p.01..

⁶¹ Idem, ibidem.

substancialmente uma legislação que tomava todos os trabalhadores (negros, brancos e estrangeiros) como classe. E de fato existiam alguns pontos de toque entre trabalhadores brancos, ex-escravos e estrangeiros, que vez ou outra serviam como base para o desenvolvimento de solidariedades específicas. A definição do espaço urbano para os trabalhadores em geral como sendo espaço de trabalho foi um desses pontos. Falando da constituição de “*clubes de preto*” – salões de dança freqüentados só por pretos –, Sebastião Messias revela que “*brancos pobres*” também eram assíduos dos bailes lá organizados. Perguntado sobre quem freqüentava aquelas festas, respondeu:

quarquer um. Alguns eram até acostumados a ir dançar, a ir dançar lá. O branco entrava. Porque o branco pobre também, coisa e tal, também, ele também no fundo, no fundo era marginalizado. (risos). Branco pobre, sem curtura e coisa, no fundo ele é muito marginalizado, ele também não tem acesso às, às grandes coisas também. (risos)⁶².

Neste contexto, as festas realizadas no Patrimônio tais como a Congada, a comemoração dos dias de santo, ou mesmo os bailes, quando olhados na perspectiva da cidade “dividida”, politizam-se como eventos de resistência social.

IV

Tentando uma síntese, pode-se dizer que se no plano mais geral da reorganização do trabalho no Brasil recaia sobre os trabalhadores negros a preocupação da classe dominante de torná-los aptos ao trabalho livre, num plano mais específico a aproximação entre aqueles trabalhadores e a concepção de trabalho livre não fora definitivamente equacionada pela classe dominante ou, dito de outra forma, tivera um equacionamento extremamente complexo. Numa das pontas desta questão, é preciso contabilizar que entre os trabalhadores figurava um conflito de nacionalidades, que parece ter contribuído em alguma medida para uma

⁶² Depoimento de Sebastião Messias de Oliveira, In *Projetos Depoimentos*. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, Arquivo Público Municipal, Seção de Documentação, p.19.

hierarquização dentro da própria classe. Assim, as “*funções de preto*” salientadas por Luiz do Carmo são produto, mesmo que parcial, do tipo de atrito captado nos Estatutos da Liga Operária já por volta do início do século XX. Noutra ponta, não era desprezível a própria situação daqueles trabalhadores nos mundos do trabalho de Uberabinha. Por certo, não contavam com habilidades específicas que lhes permitissem executar atividades mais valorizadas no mercado como, por exemplo, a construção civil. Com efeito, da combinação complexa desses fatores, as atividades mais apropriadas para a maioria dos trabalhadores negros seriam aquelas cuja qualificação fosse, em tese, mínima. Trabalhariam no matadouro municipal, nas charqueadas, nos curtumes, nos calçamentos das ruas, nos serviços domésticos dos lares ricos e nas atividades de transporte de mercadorias. Aceitariam esta condição menos como forma de submissão e mais como estratégia de se resguardarem num mercado de trabalho livre à medida que, em permanecendo de algum modo aglutinados, desenvolviam uma certa proteção coletiva contra possíveis discriminações. Na redefinição de seu estatuto jurídico nas relações sociais de produção, os ex-escravos preferiam permanecer juntos, demonstrando algum tipo de desconfiança face à reorganização do mercado de trabalho no Brasil. Até a década de 1920, tendiam mais a produzir uma identidade baseada na experiência comum da escravidão e soldada por práticas coletivas que fundavam algum tipo de sociabilidade sob o signo da negação do cativo (como a Congada, por exemplo) do que algum tipo de identidade de classe ancorada na exploração comum do trabalho.

No caso da Liga Operária, embora em seus estatutos estivesse presente uma noção de “classe” - no singular - que reafirmava a diferença dos ofícios, separando formalmente os trabalhadores em “classes” - no plural - (talvez distinguindo centralmente o trabalhador braçal desqualificado do trabalhador artesanal qualificado, que se organizava nas guildas ou corporações até sua proibição pela Constituição de 1824⁶³), havia o esforço de congregar todos os

trabalhadores na Liga, “*sem distinção de cor ou de nacionalidade*”. É certo que parcela significativa dos trabalhadores negros que viviam no bairro do Patrimônio não se aproximou da Liga. Mas é de difícil definição precisar se isto se deu por algum tipo de resistência dos trabalhadores brancos e estrangeiros, ou se foi mesmo devido aos próprios negros que preferiam não se misturar. Além do mais, a Liga Operária de 1911 parece ter tido vida curta. Publicados seus estatutos no jornal *O Progresso*, não houve mais menção à Liga. A única vez que o mesmo jornal a citou foi para anunciar sua criação.

De qualquer maneira, as “classes” trabalhadoras de Uberabinha mantiveram-se separadas no âmbito da organização sindical ou proto-sindical, mesmo que eventualmente pudessem convergir contra as tentativas de desmonte de seus modos de vida por parte da Câmara. Isto pelo menos até 1914. Naquele ano, ocorreu uma tentativa de criação de uma Liga Operária. A atenção que o jornal *O Progresso* deu ao evento destaca-se pela insistência em que a associação tivesse um caráter apenas assistencialista:

No domingo passado teve lugar no salão do Foro, gentilmente cedido para esse fim, uma reunião da classe operária, para deliberar sobre a fundação, nesta cidade, de uma associação que, a exemplo das que existe em outras cidades mais adiantadas, defenda os interesses da classe e promova o seu bem estar, socorrendo os seus associados quando por doença ou falta de trabalho se vejam em dificuldades⁶⁴.

Uma das pessoas que lideraram o processo de criação dessa segunda Liga – o dentista Júlio Alvarenga – distribuía entre os associados o jornal de inspiração anarquista “Voz do Trabalhador”, órgão de divulgação da Confederação Operária Brasileira. A partir desse jornal, eram publicizadas entre os trabalhadores associados às associações e sindicatos

⁶³ A esse respeito, ver BATALHA, Cláudio. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, In *Cadernos AEL*. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, Unicamp, 1999.

⁶⁴ “Liga Operária”, In *Jornal O Progresso*. Anno VII, nº354, de 02/08/1914, p.01.

vinculados ao COB formas de ação direta contra o capital, tais como “*a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a manifestação pública*”⁶⁵. A COB chegou a reunir, na época, aproximadamente 50 associações de trabalhadores de várias partes do país, levando a impulsionar campanhas contra repressão policial sobre os operários, a instigar a solidariedade com as lutas de trabalhadores de outros países e a estimular e apoiar greves, o que deixava apreensivos os representantes da classe dominante⁶⁶. Numa avaliação posterior feita no jornal *O Progresso* – declaradamente franca –, achava que “*as idéias socialistas defendidas pela Confederação não se adaptam ao nosso meio, onde o operariado goza de todos os direitos civis e políticos garantidos pela Constituição*”⁶⁷.

A possibilidade de uma organização sindical com traços de combatitividade classista certamente deixava ainda mais intranquilos os representantes da classe dominante de Uberabinha, que desejavam realmente que a nova organização dos trabalhadores seguisse o exemplo de associações mutualistas e tivesse “*carater beneficente e de socorros mútuos*”⁶⁸. Isto não significava que as perspectivas mutualista e classista fossem excludentes ou incompatíveis entre si. A esse respeito, Cláudio Batalha observa que na passagem do século XIX para o XX “*algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais*”⁶⁹. Significa, por outro lado, que o reforço à perspectiva assistencialista era – para alguns representantes da classe dominante de Uberabinha – a melhor forma de evitar a constituição de uma organização

⁶⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 1986, p.76.

⁶⁶ SADER, Eder. *História do Movimento Operário Brasileiro no século XX*. Belo Horizonte, Veja, 1980, pp.13-14.

⁶⁷ “Liga Operária”, In *Jornal O Progresso*. Anno VIII, nº368, de 08/11/1914, p.02.

⁶⁸ “Liga Operária”, In *Jornal O Progresso*. Anno VII, nº354, de 02/08/1914, p.01.

⁶⁹ BATALHA, op. cit., p.47.

ideologicamente hostil aos patrões e à ordem social estabelecida. Ainda sobre isso, eles defendiam para a nova Liga a função de *“socorrer os seus associados quando doentes ou privados de trabalho, cercando-os de conforto e abrigo das necessidades. É esta a utilidade das associações entre as classes operárias, o mais são utopias”*⁷⁰. Desse modo, o contexto em que a nova Liga fora organizada aparece marcado por uma relativa pressão da classe dominante sobre as utopias operárias que alcançavam Uberabinha pelos mesmos caminhos por onde circulavam as mercadorias antes de se realizar nos mercados.

Por fim, é preciso reconhecer que em alguma medida os trabalhadores da cidade de Uberabinha se organizavam em meados do decênio de 1910. Até que ponto as dificuldades de constituição de uma identidade de classe foram superadas é uma questão que, nos limites dessa pesquisa, não é possível responder. Até o início da década de 1920, houve o registro de uma greve de *“chaufeurs”*. No ano de 1920, o jornal *A Tribuna* noticiou com explícita condenação a greve dos *“chaufeurs”*, que chegaram à paralisação de suas atividades devido à aprovação de uma lei municipal que taxava a categoria⁷¹. Naquele episódio, o jornal interessou-se menos pelos motivos da greve do que pela necessidade de realizá-la. Argüiu que, se *“não seria mais consetaneo que o sr. Pedro Turco e Alvim Saraiva, ao que dizem chefes da tal greve, viessem com uma representação dos seus collegas aos poderes municipaes, no caso da lei votada pelos senhores vereadores ser, realmente, um absurdo?”*⁷².

Contudo, se é razoável admitir que, já no final da década de 1910, avançavam em Uberabinha formas de organização e de luta como a greve e a propaganda político ideológica centrada na idéia da luta de classes, é menos plausível conceber a superação das distinções entre trabalhadores negros e imigrantes (mesmo considerando a equação proposta

⁷⁰ “Liga Operária”, In *Jornal O Progresso*. Anno VIII, nº368, de 08/11/1914, p.02.

⁷¹ “A Greve”, In *Jornal A Tribuna*. Anno I, nº049, 1920, p.02.

⁷² Idem, ibidem.

pela primeira Liga Operária). A pesquisa de Luiz do Carmo sugere que as “funções de preto” permaneceram ao longo das décadas de 1940, 50 e 60 como um modo de viver e também como evidência de que a classe constituía-se hierarquizada, questão esta focalizada e problematizada pelo grupo de São Paulo (Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Rubens Brandão Lopes dentre outros) a partir de pesquisas (transformadas em bibliografia que já se tornou clássica) que incidiram sobre a formação da classe operária de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960 e, em especial, sobre a integração do negro no mercado de trabalho brasileiro. Uma classe com tensões internas. Este parece ter sido o principal contorno no desenho da classe trabalhadora de Uberabinha nos primeiros 20 anos pós-abolição, e um instigante roteiro para outras pesquisas.

Ex-escravos, imigrantes e estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha/MG (1888-1915).

Antônio de Pádua Bosi

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a constituição da classe trabalhadora de Uberabinha/MG, no período de 1888 a 1915, a partir do exame das experiências de trabalho de ex-escravos e de imigrantes. Tento inicialmente identificar e examinar os modos de viver desses dois grupos de trabalhadores, indagando sobre suas estratégias de organização e de resistência para, em seguida, avaliar até que ponto eles formaram uma percepção comum sobre o mundo em que viviam. Os pontos considerados centrais para essa análise são o trabalho que cada um desses grupos exercia, a ação do Estado sobre eles e, em alguma medida, a visão que eles tinham sobre si mesmos.

Palavras-chave: República Velha; Estado; Classe Trabalhadora; Uberlândia.

Abstract: The objective of this article is to discuss the constitution of the working class of Uberabinha/MG in the period from 1888 to 1915 starting from the exam of the experiences of “freed slaves work” and of immigrants. I try initially to identify and to examine the manners of living of those two groups of workers investigating on their organization strategies and of resistance for, soon afterwards, to evaluate to what extent they formed a common perception on the world in that they lived. The points considered central for that analysis they are the work that each one of those groups exercised, the action of the State on them and, in some measured, the vision that they had on themselves.

Key-words: Old republic; State; Working class; Uberlândia.

Artigo recebido para análise em 13/04/2004

Artigo aprovado para publicação em 11/08/2005